

Prefácio

A saúde não tem preço mas tem custos.

É deste modo que Ana Macedo e Ana Reis decidem interpelar os leitores.

Esta questão tem, claramente, um carácter dilemático. Habitualmente, há demasiado tempo, a sentir o respaldo da protecção social como uma espécie de direito fundacional da nossa vida em sociedade. Sempre considerámos que as questões da sustentabilidade económica e financeira eram matéria adiável, resolúvel, uma espécie de sinal amarelo intermitente que nunca passa a vermelho.

Perante o estrondo da crise económica e financeira, nacional e internacional, sentimos pela primeira vez o temor da insegurança na nossa zona de conforto. Talvez tenhamos percebido, pela primeira vez, os limites ainda que difusos da perda de direitos. Fomos pela primeira vez confrontados com uma das mais controversas percepções que temos enquanto cidadãos, contribuintes e utilizadores do sistema de saúde.

Todos reconhecemos que na saúde perder direitos significa comprometer o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde. Torna-se, por essa razão, maior o sobressalto quando vivemos um tempo dominado por um léxico onde prevalecem palavras como restrição, contenção, controlo, desperdício, ineficiência. Persistimos em acreditar que o sucesso na racionalização nos salvará do racionamento.

É neste contexto que se move o trabalho ora publicado por Ana Macedo e Ana Reis. Uma narrativa que nos descreve um dos caminhos a percorrer no sentido de garantir que continuaremos a ter um sistema de saúde fundado nos valores da universalidade, da equidade e do acesso.

Com efeito a avaliação farmacoeconómica constitui um dos instrumentos mais relevantes para que se tomem boas decisões com base na evidência científica, clínica e económica. Porque os recursos nunca deixarão de ser escassos mas, sobretudo, porque as necessidades se afirmarão sempre crescentes.

Num sistema de saúde moderno e desenvolvido a avaliação farmacoeconómica, em particular, e a avaliação das tecnologias da saúde, em geral, constituem ferramentas essenciais nos processos de decisão sejam eles de natureza política ou gestonária.

Estes instrumentos favorecem uma cultura de comparabilidade e de transparência que permite justificar, perante os cidadãos, o modo como os recursos públicos e privados são utilizados tendo em vista o universo complexo da prestação de cuidados de saúde.

O caminho é estreito por isso deve ser trilhado com rigor e prudência. Um sistema de saúde será tanto mais eficaz, solidário e acessível quanto mais for capaz de pugnar pela sua sustentabilidade económica e financeira. Trata-se, no fundamental, de garantir boas escolhas.

A leitura deste livro permite, numa linguagem que consegue conciliar a sustentação técnica com a simplicidade conceptual, estimular o interesse dos leitores ajudando a diminuir a distância entre o conhecimento e a percepção numa matéria tão sensível como os custos da saúde.

Adalberto Campos Fernandes